



Jonas cobra liberação do “diesel verde”

■ Jonas Pinheiro (*foto*) pede ao governo que autorize, “o mais rápido possível”, empresas brasileiras a acrescentar álcool ao óleo diesel. A mistura é possível graças à adição ao álcool de um derivado de óleo de soja que já foi amplamente testado, conforme o senador. Jonas destaca benefícios ao meio ambiente e à economia do país

Página 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.737 - Brasília, sexta-feira, 11 de julho de 2003

Mudança na reforma da Previdência gera polêmica

■ Decisão do governo de negociar pontos da proposta divide senadores. Arthur Virgílio aponta sinais de fraqueza, Paulo Paim considera que a democracia sai vitoriosa, Heloísa Helena fala de “surpresa benéfica” e João Batista Motta se confessa decepcionado

Páginas 2 e 3

Agricultura orgânica terá regulamentação

Comissão de Assuntos Sociais aprova proposta estabelecendo regras para a venda de produtos orgânicos. Senadores destacam importância do projeto, que será examinado pelo Plenário.

Página 6

Comissão aprova dois embaixadores

Indicados para representar o Brasil na Costa Rica e em São Tomé e Príncipe recebem aprovação unânime da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Página 7



AUDIÊNCIA Antero Paes de Barros preside reunião da CPI, que fará encontros semanais para ouvir técnicos do governo ligados a investigações

Dinheiro sem controle na fronteira

Parlamentares da CPI do Banestado atestam fragilidade do controle dos valores transportados por carros-forte pela Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai. Senadores e deputados ouviram ontem, durante sete horas, representantes da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

Páginas 4 e 5

PREVIDÊNCIA

Senador Paulo Paim diz que governo mostra grandeza ao admitir mudanças no projeto de reforma. Comissão mista que avaliará a proposta faz sua primeira reunião na terça-feira



DISCUSSÃO Mercadante disse que relator apresentará o projeto na primeira reunião

Comissão mista fará reunião na terça-feira

Foi adiada para a próxima terça-feira a primeira reunião da comissão mista criada pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para debater a reforma da Previdência. O objetivo é buscar o consenso entre as duas Casas sobre o tema e, com isso, ganhar tempo e facilitar a tramitação da proposta.

Segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), na primeira reunião, inicialmente marcada para ontem, o relator da reforma da Previdência na Câmara fará exposição dos principais pontos que já foram discutidos. Em seguida, as propostas dos senadores serão incluídas.

Porte de armas

Outra comissão mista, destinada a consolidar os projetos em tramitação no Congresso que tratam do porte de armas, também adiou para terça-feira a primeira reunião.

Paim diz que governo agiu bem ao negociar reforma

O senador Paulo Paim (PT-RS) avaliou que a democracia brasileira está saindo vitoriosa com a decisão do governo de negociar pontos da reforma da Previdência com o Congresso e com setores da sociedade. Ele também elogiou a decisão dos líderes partidários e das Mesas do Senado e da Câmara, que decidiram criar uma comissão, integrada por 11 deputados e 11 senadores, para debater a reforma.

– Ao contrário do que alguns tentam mostrar, pregando que este é um momento de fragilidade do governo, o que está acontecendo é justamente o contrário. Só tem grandeza quem sente, discute e negocia. Não tem grandeza quem assume uma postura sectária, radical, que não aceita dialogar e que acha que sabe tudo – afirmou Paulo Paim.

Mostrando um exemplar do jornal da Universidade Estadu-



PREVIDÊNCIA Paim lembrou que há quase dois meses defende mudanças no projeto

al de Campinas (Unicamp), que traz entrevista concedida por ele há cerca de 45 dias, Paim destacou que, já naquela época, advertia que a reforma da Previdência, nos moldes em que foi apresentada, não seria aprovada pelo Congresso.

Paim lembrou que, na ocasião, defendia negociação sobre pontos como a contribuição dos

inativos, a necessidade de regra de transição para os servidores atuais, a fórmula para o cálculo da aposentadoria, os valores das pensões e a paridade entre funcionários públicos e da iniciativa privada.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que a decisão do governo combina com a trajetória política do presidente Lula da Silva, que sempre deu mostras de sua capacidade de negociação.

Embaixador negro

Antes de falar sobre a reforma, Paim fez um apelo ao presidente Lula para que um embaixador negro seja escolhido para representar o Brasil em país que não tenha maioria negra – segundo ele, só uma vez, no governo Jânio Quadros, um negro foi nomeado embaixador, em Gana (África). Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) parabenizou Paim pela iniciativa.



RESPEITO Demostenes sugeriu ao presidente do PT que peça desculpas ao Judiciário

Demostenes: PT desrespeita o Judiciário

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o presidente do PT, José Genoíno, foi de uma “incalculável infelicidade” ao afirmar que integrantes do Poder Judiciário estariam concedendo liminares em processos de reintegração de posse como retaliação à reforma da Previdência, em tramitação na Câmara dos Deputados. Ele lembrou ao líder petista que se por um lado a liberdade de expressão é um dos esteios do estado de direito, por outro, o respeito às instituições constituintes em outro fundamento da democracia.

– Ao que parece, o Partido dos Trabalhadores sofre da síndrome do Bentinho (*personagem de Machado de Assis*), uma vez que se comporta sempre como um cônjuge enganado toda vez que há dificuldades no andamento do processo político. O posicionamento de Genoíno marca mais uma chantagem pública do PT ao Poder Judiciário – afirmou.

Para o senador, a declaração de Genoíno, publicada na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*, o leva a acreditar que os integrantes do governo pretendem tutelar o Judiciário, como forma de atingir a unanimidade. Apesar de considerar que o Judiciário é suscetível a críticas, ele declarou que não se podem aceitar “ofensas gratuitas e levianas” com o objetivo de limitar o exercício da jurisdição.

Demostenes sugeriu que Genoíno aja com mais humildade, aprenda noções básicas de Direito Público, para compreender o funcionamento do estado democrático de direito, e apresente as suas desculpas.

Agenda

Plenário inicia sessão às 9h

A sessão de hoje é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares, sem a votação de matérias. O primeiro senador inscrito para subir à tribuna é o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS). O leitor pode acompanhar toda a sessão ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.



A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PREVIDÊNCIA

Alterações no projeto enviado pelo governo ao Congresso foram tema de debate entre os senadores ontem, no Plenário

Virgílio critica mudança de opinião do governo e vê sinais de fraqueza



POSIÇÃO João Batista Motta afirmou que PPS ainda apóia as reformas, mas quer emendá-las

Motta se diz decepcionado com reformas

O senador João Batista Motta (PPS-ES) afirmou, em discurso, que está decepcionado com as reformas tributária e previdenciária propostas pelo governo, frisando que são muito tímidas.

– Elas não vão acabar com as desigualdades entre estados pobres e ricos, entre funcionários públicos e empregados de empresas privadas – opinou.

Mesmo assim, o PPS apóia as mudanças, mas quer emendá-las para que, entre outras coisas, sejam isentos de impostos os alimentos básicos e as roupas para as classes mais pobres. “Nossas emendas vão procurar resolver os problemas do povo, e não dos governadores”, ressaltou.

Motta comunicou ao Plenário que abonou a ficha de filiação ao PPS do deputado estadual do Paraná Carlos Massa Júnior, de 22 anos, filho do apresentador Ratinho.

O líder da oposição, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), disse ontem que está perplexo diante da recente mudança de opinião do presidente Lula, dos ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Previdência, Ricardo Berzoini, e do presidente do PT, José Genoíno, em relação à proposta de reforma da Previdência Social.

Ele leu, da tribuna, diversas manchetes de jornais dos últimos meses em que Lula, os ministros e o presidente do PT afirmam ser inegociável a proposta de reforma da Previdência. O senador enfatizou declaração de Berzoini ao jornal *O*

Globo de 5 de maio: “Quando digo que nenhum ponto é negociável, é porque não colocamos nada na proposta para ser retirado”.

O senador revelou que entrou em contato com os governadores do PSDB para analisar o recuo do governo. “Para o meu partido, o jogo está zerado. O governo não tinha convicção do que estava fazendo? Este governo muda feito biruta de aeroporto”, afirmou. Arthur Virgílio afirmou ainda que o governo mostrou ser arrogante numa ponta e fraco na outra. “O arrogante representa o fraco completo. Isso nos causa muita preocupação”, concluiu.



RECUO Virgílio acha que governo não demonstra convicção no que está fazendo

Para Heloísa, alterações são benéficas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que nos últimos meses vem criticando o projeto do governo de reforma da Previdência Social, considerou “surpresa benéfica” as mudanças que os governistas passaram a admitir desde a quarta-feira. Mesmo assim, ela ironizou a mudança de posição do governo: “Como um leão valente se transforma num gatinho manhoso diante de uma toga”.

Entre as mudanças do projeto da reforma previdenciária, a senadora citou a possibilidade de que os funcionários possam se aposentar com salário integral, desde que atendidas três condições: idade de 60 e 55 anos (homem e mulher), 35 e 30 anos de contribuição e 25 anos de serviço público.

– Quando nós falávamos de integralidade éramos acusados de defensores dos *marajás*. Isso era muito grave, pois os acusa-



VANTAGENS Heloísa afirma que governo não explicou como a reforma ajudará os pobres

dos estavam legitimando no imaginário popular que no serviço público todos são privilegiados. Na verdade, quem precisa do serviço público são os filhos da pobreza – disse.

A senadora não amenizou suas críticas aos altos salários de uma parte do funcionalis-

mo. Duas perguntas, de acordo com Heloísa Helena, ainda não foram respondidas pelo governo sobre a Previdência: “Onde está, na reforma, o corte dos altos salários do serviço público? O que é que essa reforma faz de verdade para as pessoas pobres?”.

Teto salarial

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que apóia a idéia da senadora para que os presidentes da República, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) se reúnam a fim de fixar o teto salarial do funcionalismo.

Suplicy afirmou, ainda, que houve uma coincidência entre o encontro do presidente Lula com o presidente do STF, a greve do funcionalismo e a mudança de atitude dos líderes governistas na Câmara dos Deputados, que admitiram alterações na reforma.



ESTRANHEZA Suassuna considera modesta a meta de crescimento para este ano

Suassuna cobra soluções para Brasil crescer

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) listou ontem, em discurso, problemas que ele considera crônicos no Brasil e para os quais vem chamando a atenção de sucessivos governos nos últimos anos.

O senador relacionou questões como a reforma da Previdência, reconhecendo que é necessária, mas criticou o fato de que os recursos destinados à assistência social e à Previdência Social estejam no mesmo caixa. A política de geração de empregos também foi criticada pelo senador paraibano, que vê as ações indo em sentido contrário.

– As empresas enfrentam uma avalanche de impostos. Algumas não pagam porque não podem e outras acham que vale a pena sonegar. Nós matamos as empresas em vez de diminuirmos a carga tributária – analisou.

Suassuna disse ainda que são poucos os investimentos na indústria da construção civil, apesar do enorme déficit habitacional, e perguntou como o país poderá gerar mais empregos sem incentivar esse setor. Ele considerou “estranho” que o Brasil projete taxas de crescimento de 3% ou 4% quando outros países em piores condições pretendem crescer 8%.

O senador também frisou que a reforma agrária não tem sido feita na velocidade necessária e nem fiscalizada como deveria. Para ele, além de dar a terra, é preciso oferecer educação, infra-estrutura e tecnologia.

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) concordou com Suassuna e defendeu a revitalização das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) nos estados para atender às demandas dos assentados pela reforma agrária. O senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o discurso de Ney Suassuna.

Jefferson repudia agressão por discordar do MST

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem ter sido vítima de uma “agressão de forma oblíqua, na medida em que fui contestado de forma insultuosa ao ser rotulado de inimigo da reforma agrária e defensor do latifúndio”, por causa de discurso que fez da tribuna do Plenário, na quarta-feira, criticando as invasões de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Jefferson reafirmou que foi duro com o MST por não concordar com as invasões de terra, mesmo as improdutivas. Mas lembrou que não desqualificou os que pensam de forma diferente. O senador registrou que gosta do debate civilizado e inteligente, mas não está acostumado com as discussões selvagens, a troca de insultos e a desqualificação do adversário, para ele a forma “mais primária e intelectualmente menos

honesto” de se travar uma discussão.

– Para os que gostam desse tipo de debate de nível menor, resta uma esperança. Quem sabe um dia o MST assalta o *Palácio de Inverno*, no caso, o Planalto, e implanta uma ditadura do proletariado? Aí não terão mais que discutir comigo, já que para mim restará uma das três opções: a prisão, o exílio ou o paredão. Até lá, vou ficar falando o que penso, enquanto posso – afirmou.



INSULTOS Jefferson lembrou que não está acostumado com “discussões selvagens”

CPI DO BANESTADO

Parlamentares ouvem explicações do coordenador de Fiscalização da Receita e de dirigente do Coaf, e estranham ausência de controle na fronteira



Márcio Kallume

ESFORÇO Antero Paes de Barros (quarto à esquerda) anuncia reuniões semanais de membros da comissão com técnicos das áreas do governo envolvidas na investigação

Dinheiro entra no Paraguai sem fiscalização

A Receita Federal continua sem conferir os valores transportados em carro-forte pela Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai, por não ter competência para fiscalizar a quantidade de moeda que transita pelas fronteiras. A informação foi prestada pelo coordenador de Fiscalização da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, em resposta ao relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP).

O coordenador disse que a conferência é praticamente impossível, em razão do grande movimento na ponte. Não existe sequer máquina de raios X na fronteira para identificar

portadores suspeitos, assinalou.

Paulo Ricardo explicou que o procedimento seguido é o previsto na Resolução nº 2.524 do Banco Central, de iniciativa do Conselho Monetário Nacional. A resolução define que o responsável pelo transporte de valores deve apresentar declaração à Receita que juridicione

o local. As declarações são preenchidas em três vias, das quais duas são entregues na delegacia da Receita, que encaminha uma ao BC, ficando a outra com o declarante.

– Em nenhum momento a resolução exige a conferência de valores pela Receita.

Ele esclareceu que as declarações são carimbadas pela Re-

ceita com o registro de que os valores não foram conferidos. O relator quis saber se os carimbos podem ser falsificados, referindo-se às operações detectadas em Foz do Iguaçu. O coordenador deixou entender que sim, ao informar que também há falsificação de selos de controle, mais difíceis de fraudar do que um carimbo.

Senador vê duplicidade de entendimento

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), disse que ficou clara a duplicidade de entendimento por parte da Receita Federal e do Banco Central sobre a validade, ou não, da portaria da Receita que amparava o controle dos transportes de valores em Foz do Iguaçu antes das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução 2.524 do BC, de 1998.

Ofício encaminhado pelo BC em maio de 1996 solicitava que a Receita recepcionasse as declarações das transportadoras de valores por Foz do Iguaçu observando a Portaria nº 61, de 1994, da própria Receita, que disciplinava os modelos adotados para os viajantes, segundo o coordenador Paulo Ricardo de Souza Cardoso. A Receita, conforme o coordenador, entendia que a portaria não podia mais ser aplicada após a legislação que instituiu o real.

Parlamentares apontam fragilidade do sistema

Após quase sete horas de audiência pública com representantes da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), integrantes da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a evasão de divisas atestaram a fragilidade do sistema de controle dos valores transportados por carros-forte pela Ponte da Amizade, localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai.

– Chegamos à conclusão de que o sistema estabelecido era inconsistente, pois não se examinava o conteúdo dos caminhões, que poderiam, inclusive, levar drogas – declarou o relator, deputado federal José Mentor.

Tanto o presidente do colegiado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), quanto o relator rechaçaram a tentativa do coordenador de Fiscalização da Receita, Paulo Ricardo de Souza, de comparar o volume de depósitos nas contas CC-5 e os valores físicos declarados pelas transportadoras, argumentando que o órgão apenas carimbava a guia sem conferir os recursos efetivamente transportados.

Já o senador Pedro Simon



Célio Azevedo

OMISSÃO Simon questiona o fato de as autoridades não terem exercido prerrogativas legais

(PMDB-RS) mostrou-se indignado com o fato de a Receita não ter exercido a prerrogativa legal de inspecionar o fluxo de valores e bens no país. “Se a Receita e a Polícia Federal podem deter e averiguar qualquer pessoa, inclusive o presidente da República, como é que a Receita não fiscalizava e confiava integralmente em uma declaração que poderia omitir o que de fato estava sendo transportado?” questionou.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) considerou “ina-

creditável” que ninguém percebesse a saída do dinheiro.

– Na minha opinião, esse esquema foi montado em função da política econômica, que impunha a necessidade de se atrair dólares para o país – afirmou Miranda.

Como a Receita e o Banco Central teriam se eximido da responsabilidade em irregularidades ocorridas nesse trânsito financeiro, o deputado apresentou requerimento solicitando uma acareação entre representantes das duas instituições.

Ao final da audiência, Antero Paes informou que a CPI vai ouvir, na próxima terça-feira, às 10h, o ministro Adilson Motta, do Tribunal de Contas da União (TCU). Na quinta-feira, o colegiado ouve o representante da Polícia Federal (PF).

Os membros da CPI devem visitar no dia 23 as embaixadas dos Estados Unidos e do Uruguai, com o objetivo de reivindicar apoio das autoridades desses países à investigação em curso. No dia 25, os integrantes da comissão viajam a Foz do Iguaçu e Curitiba, para encontro com autoridades da PF e do Ministério Público Federal.

Antero destaca esforço das autoridades

O senador Antero Paes de Barros informou ontem que, para acelerar os trabalhos de investigação da comissão parlamentar de inquérito, os integrantes do colegiado manterão reuniões semanais com as áreas do governo envolvidas na apuração do caso, como o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público da União.

Os integrantes da força-tarefa, que se encontram no Paraná, estão procurando atender a todos os procedimentos exigidos pelas autoridades americanas para instruir os processos e enviar as informações aos Estados Unidos em agosto, informou o senador.

O presidente da CPI fez um relato sobre a reunião que vários membros do colegiado tiveram na última quarta-feira com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. “As autoridades brasileiras estão se esforçando para antecipar esse prazo”, disse o presidente da comissão.

CPI DO BANESTADO

A Receita Federal não conseguiu identificar a maioria dos destinatários da movimentação do Banestado em Nova York, segundo informação dada à CPI

Para Ideli Salvatti, ainda é possível punir os culpados

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) questionou, na reunião da CPI do Banestado, se a inclusão dos crimes contra a ordem tributária na lei que pune a lavagem de dinheiro, como proposto pela Comissão de Fiscalização e Controle, ajudaria a recuperar as remessas ilegais realizadas entre 1998 e 1999, crime que, a seu ver, não prescreveu.

O presidente interino do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), embaixador Marcos Caramuru, lembrou que o crime fiscal prescreve com o pagamento devido à Receita Federal. Afirmou que é favorável ao "aumento da lista de crimes precedentes", ou seja, dos delitos que geram recursos ilegais posteriormente "lavados". Entre eles estão terrorismo, contrabando e corrupção. Caramuru disse ainda que é preciso mecanismo legal que permita o cruzamento dos dados da Receita com os do Banco Central.

Já o coordenador de Fiscalização da Receita, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, disse que o órgão só passou a ter acesso às informações bancárias de contribuintes suspeitos a partir de



FOTOS: Roosevelt Pinheiro

SEM AÇÃO Ideli Salvatti aponta "inoperância das autoridades brasileiras" em relação ao caso

1999, porque antes elas transitavam em segredo de Justiça.

A senadora disse que a flexibilização autorizada pelo Banco Central deu legalidade às remessas irregulares realizadas por Foz do Iguaçu. Ela questionou as razões que evitaram flagrar tais operações. "Chama a atenção a inoperância das autoridades brasileiras, que demoraram quatro anos, depois de perceber o crime, para tomar providências", ressaltou Ideli.

O coordenador de Fiscalização da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, fez um histórico da participação do órgão nas investigações sobre fraudes no uso de contas CC-5. Ele revelou que foram identificados pela Receita apenas 16% dos beneficiários dos US\$ 32 bilhões movimentados pela agência do Banestado em Nova York entre abril de 1996 e dezembro de 1997. Ainda assim, observou, não cabem mais penalidades administrativas do fisco aos possíveis sonegadores, pois os crimes fiscais prescrevem em cinco anos.

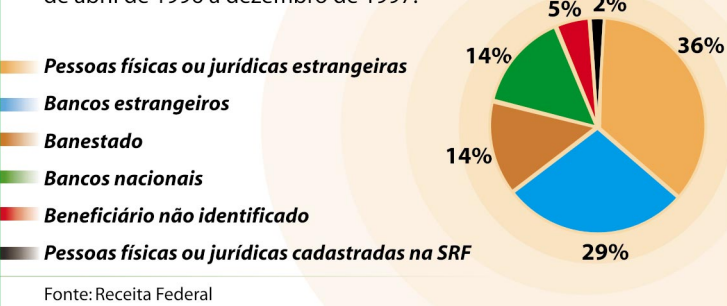
Cardoso registrou que até abril de 1996 as contas CC-5 não recebiam depósitos em dinheiro, só transferências entre contas, para que ficasse clara a origem dos recursos. As suspeitas, continuou, começaram quando o Banco Central permitiu o acolhimento de depósitos em espécie nessas contas.

O monitoramento feito pelo BC em Foz do Iguaçu (PR) em 1996 levou ao encaminhamento de informações, em abril de 1997, ao então procurador-ge-

Receita só identificou 16% dos beneficiários

Destino dos recursos enviados ao Banestado

O gráfico ao lado mostra quem recebeu os depósitos, feitos na agência do banco em Nova York, no período de abril de 1996 a dezembro de 1997.



ral da República, Geraldo Brindeiro. No mês seguinte, narrou Cardoso, o Ministério Público pediu instauração de inquérito policial em Foz do Iguaçu.

Em setembro de 1998, a Receita, o Ministério Público e o BC decidiram formar uma "força-tarefa". A partir daí foi feito o rastreamento, do ponto de vista tributário, de 244 contas de 222 pessoas que movimentaram R\$ 4,8 bilhões, dos quais apenas R\$ 2,5 bilhões tiveram sua origem identificada.

Em 2002, a Receita recebeu laudo da Polícia Federal com os

resultados de investigações no exterior. O Banestado em Nova York destacou-se entre os recebedores de recursos. Foram então analisadas 137 contas na agência de Nova York, que totalizaram 129 mil operações entre abril de 1996 e dezembro de 1997, somando US\$ 32 bilhões. Cardoso disse que houve aproximadamente 30 mil beneficiários, oito mil dos quais receberam mais de US\$ 100 mil. Dos US\$ 32 bilhões, continuou, a Receita identificou os beneficiários de apenas 16% do total de recursos, ou US\$ 5 bilhões.

Coaf não teve envolvimento direto com a investigação

O embaixador Marcos Caramuru, presidente interino do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), declarou à CPI que o órgão, criado em março de 1998 pela Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, não teve relação direta com as investigações de irregularidades registradas em bancos em regiões de fronteira que, como o Banestado, operaram contas CC-5.

Segundo o embaixador, as suspeitas de fraudes se concentraram em períodos anteriores à criação do Coaf, quando o Ministério Público e a Polícia Federal já tinham conhecimento das possíveis irregularidades. Além disso, Caramuru informou que o Coaf hoje tem função diferenciada, trabalhando para que as instituições financeiras, que têm contato direto com os clientes, forneçam informações sobre movi-

mentações suspeitas.

O presidente do conselho disse ao relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP), que o órgão recebeu a primeira e única comunicação sobre o caso das contas CC-5 em Foz do Iguaçu (PR) em setembro de 2002. Era um relatório em meio magnético sobre as operações.

O embaixador observou que o Uruguai e as Ilhas Virgens são os destinos mais procurados pelos que querem evadir divisas. Recentemente, entretanto, o Coaf vem recebendo informações das unidades de inteligência financeira da França e da Suíça. Os problemas nos paraísos fiscais vão além das contas numeradas e das empresas de fachada, continuou o presidente do Coaf, pois em alguns casos a legislação acaba ajudando a esconder operações ilegais.

Tuma pede rigor contra lavagem de dinheiro

A principal preocupação manifestada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) durante a reunião da CPI do Banestado foi o combate à lavagem de dinheiro no país. O senador pediu aos depoentes sugestões para que a comissão possa oferecer propostas que aperfeiçoem a legislação, evitando que o dinheiro obtido em atividades ilícitas, especificamente o tráfico de drogas, seja legalizado.

Tuma lembrou que o esquema das contas CC-5 já havia sido identificado pela CPI dos Precatórios (1997), com a utilização inclusive de contas do Banco do Brasil. Ele ressaltou a participação de doleiros, que emprestam suas contas para remeter dinheiro sujo em nome de terceiros para o exterior.

– A movimentação de sacoleiros de Foz do Iguaçu chegou a volume absurdo. Os recursos vinham do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. E o dinheiro nem chegava a atra-



COMBATE "Temos que fechar essa lavanderia", diz Tuma, preocupado em aperfeiçoar lei

vessar a ponte (da Amizade, entre Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Este, no Paraguai) – disse o senador.

Tuma, que foi relator do projeto que originou a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (nº 9.613), disse que o governo e o Legislativo devem dar uma es-

trutura mais forte para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Comentando as declarações de Tuma, o coordenador de Fiscalização da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, disse que o país já está assistindo a uma mudança de cultura, em que as instituições financeiras ampliam o controle de seus clientes. E isso, afirmou, se aplica atualmente às contas CC-5, depois da revogação da circular do Banco Central que permitia depósitos de até R\$ 100 mil não identificados.

– Estamos abertos a propostas de alteração da legislação para fortalecer o sistema de repressão à lavagem de dinheiro. Estamos assistindo à repetição do que já houve na CPI dos Precatórios. O *modus operandi* da lavagem de dinheiro é o mesmo. Temos que fechar essa lavanderia. O Brasil já deixou de ser um paraíso fiscal.

Ideli destaca safra recorde de grãos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o anúncio, ontem, da safra recorde de grãos. A produção, anunciada pelo presidente em exercício, José Alencar, apresentou um crescimento de 24,2%, saltando de 96 milhões de toneladas em 2002 para 120 milhões de toneladas neste ano.

– Temos a expectativa de que irá crescer mais no próximo ano, pois o Plano Safra prevê R\$

35 bilhões para o financiamento da nossa agricultura. Isso representa um crescimento na oferta de crédito para o agronegócio e para a agricultura familiar da ordem de 25% – afirmou. A parlamentar destacou o crescimento de "produtos estratégicos" na safra atual, como o milho (29,8%), o trigo (56,1%) e a soja (24,6%).

Ideli Salvatti ressaltou que o avanço precisa vir acompanhado de justiça fundiária, já que, apesar dos esforços, "milhares de famílias continuam sem o direito a um pedaço de terra para trabalhar".

Mozarildo alerta sobre parceria no campo

O interesse de produtores norte-americanos em explorar a agricultura no Brasil foi recebido com ressalvas pelo líder do PPS, Mozarildo Cavalcanti

(RR). Embora afirme que o Estado brasileiro deve ver essa intenção como "alvissareira", alertou para a necessidade de "precauções jurídicas" em favor da soberania territorial do país.

De acordo com Mozarildo, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, já teria deixado transparecer "certo anseio" pela entrada de parceiros internacionais no setor.



RECONHECIMENTO Proposta recebeu elogios dos senadores da Comissão de Assuntos Sociais

Agricultura orgânica pode ter nova regulamentação

Projeto de lei da Câmara normatiza certificação necessária à comercialização dos produtos

A comercialização de produtos orgânicos deverá estar condicionada a uma prévia emissão de certificado reconhecido oficialmente, segundo projeto de lei da Câmara que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo. A exceção será para agricultores familiares que venham a vender seus produtos diretamente aos consumidores, como nas feiras, desde que estejam cadastrados junto ao órgão fiscalizador. A proposta será ainda submetida ao Plenário

do Senado.

Para o relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), que apresentou substitutivo ao projeto original, a regulamentação dará legitimidade aos produtores orgânicos, que oferecem legumes, verduras e hortaliças livres de contaminação. Na sua opinião, a prática da agricultura orgânica ajuda a manter a fertilidade do solo e a preservar o meio ambiente, além de não colocar em risco a saúde tanto de consumidores como de trabalhadores rurais.

Pelo projeto, o cultivo orgânico não permite o uso de materiais sintéticos, organismos geneticamente modificados ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização.

Para o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a aprovação da matéria proporcionará a regulamentação de uma atividade que já é praticada, de forma desordenada, em todo o país. A seu ver, sairão ganhando com a agricultura orgânica o país, os produtores, os trabalhadores agrícolas e os consumidores, que passarão a ter em suas mesas produtos mais saudáveis.

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Fátima Cleide (PT-RO) apoiaram a proposta. Para eles, a regulamentação da agricultura orgânica permitirá que pequenos agricultores possam entrar na produção, gerando emprego e renda. O senador Sibá Machado (PT-AC) também aplaudiu a aprovação do parecer e voltou a defender maior incentivo à pesquisa.

Salário-maternidade pode ser agilizado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em regime de urgência, parecer favorável ao projeto de iniciativa do governo que restabelece o pagamento, pelas empresas, do salário-maternidade diretamente às empregadas gestantes, inclusive as trabalhadoras avulsas. O projeto segue para votação no Plenário do Senado.

Para a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), a medida tem por objetivo beneficiar as empregadas gestantes, proporcionando a elas mais conforto. A senadora disse que, quando o projeto for transformado em lei, haverá uma grande diminuição de requerimentos pe-

rante as agências da Previdência Social, descongestionando todo o sistema. Com isso, observou, vai ocorrer redução de custos e melhoria no atendimento para todos os usuários.

Fátima lembrou que, até novembro de 1999, o salário-maternidade era pago pelas empresas, que se ressarciam do respectivo valor quando do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social. Com o objetivo de reprimir supostas fraudes, informou a senadora, o governo de então alterou a forma de pagamento do benefício, o qual passou a ser efetuado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para ela, com a entrada em funcionamento de novos mecanismos de fiscalização, o que resultou no controle e repressão de práticas fraudulentas, não há mais necessidade de a Previdência arcar com a parte burocrática da concessão do benefício. Fátima afirmou que a medida não trará problema para as empresas, que realizavam essa operação no passado.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) colocou em relevo o que chamou de "sensibilidade do governo Lula", de facilitar a vida de milhões de mulheres grávidas no país. Eurípedes Camargo (PT-DF) também destacou o sentido social do projeto.

Hélio Costa pede recursos para Embrapa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) fez um apelo ontem ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para que resolva o mais rápido possível a liberação dos recursos destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Segundo Hélio Costa, no ano passado, o orçamento aprovado foi de R\$ 733 milhões, sendo R\$ 164 milhões apenas para custeio das pesquisas.

No primeiro quadrimestre deste ano, disse o senador, a Embrapa deveria ter recebido R\$ 48 milhões para custear pesquisas e infraestrutura. Como o governo determinou cortes para todas as empresas públicas, a Embrapa receberia R\$ 27 milhões.

– Até agora ficou efetivamente com R\$ 18 milhões. É inadmissível que a Embrapa passe pelas dificuldades que enfrenta atualmente – afirmou.

O senador lembrou que o sucesso da safra agrícola se deve, em grande parte, às pesquisas da empresa, que desenvolveu novas tecnologias de ponta.

Jucá festeja os 113 anos de Boa Vista

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou em Plenário o 113º aniversário de Boa Vista, capital de Roraima. Resaltou que a cidade tem sofrido grandes mudanças nos últimos anos e que um viajante se surpreenderá com a qualidade de vida e a beleza da capital.

Boa Vista, Jucá ressaltou às margens do Rio Branco, foi capital do antigo território de Rio Branco, que teve seu nome alterado para Roraima em 1962. Em 1988, o território passou a estado. Boa Vista é uma das poucas capitais planejadas.

Roosevelt Pinheiro



Ideli: avanço deve ser acompanhado por justiça social

Waldemir Rodrigues

Roosevelt Pinheiro



Empresa ajuda na evolução do setor, diz Hélio Costa

José Cruz



Mozarildo vê com ressalvas interesse norte-americano

Roosevelt Pinheiro



Jucá ressaltou qualidade de vida na capital

Lúcia Vânia quer combate ao trabalho infantil

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem o fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), saudando notícia do

jornal *O Globo* que relata o sucesso de Cabo de Santo Agostinho, primeiro município nordestino a manter suas 40.174 crianças e adolescentes até 14 anos na escola.

O município, no litoral de Pernambuco, aten-

de 100% das crianças, incluindo as com deficiências que impedem sua locomoção.

– A prefeitura paga o professor para prestar ensino domiciliar – disse a senadora.

Lúcia Vânia recomendou a leitura do depoimento da menina Conceição Rocha da Silva, de 11 anos. Ela jamais fora à escola por conta de uma deficiência grave, mas agora está sendo alfabetizada na cama, por uma professora.

Juvêncio: contas de Zeca do PT são irregulares

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) denunciou que o governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, feriu a Constituição e a Lei de

Responsabilidade Fiscal em sua prestação de contas de 2002. Quatorze irregularidades foram constatadas pelo Tribunal de Contas do Estado, entre elas o gasto de apenas 12,68% com educação, quando a Constituição exige 25% das receitas estaduais, e também gastos a menos com saúde.

– O Brasil deve muito ao PT, por sua luta em favor da ética e da transparência. Mas a administração de Zeca do PT está na contramão da história e da pregação do PT – sustentou.

Mão Santa (PMDB-PI) declarou-se, em aparte, surpreso que um governo do PT esteja gastando a menos nessas áreas.

Comissão do Mercosul examina acordos e programa debates

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (foto) aprovou ontem, por unanimidade, sete acordos comerciais e diplomáticos com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia. Os acordos se referem à circulação de produtos alimentícios, à integração educativa, à isenção de vistos, ao transporte de cargas e à

permissão de residência entre nacionais fronteiriços.

A comissão aprovou ainda proposta de realização de debates sobre o tema "Tributação no Mercosul", com a presença do professor Fernando Rezende, da Fundação Getúlio Vargas.

A comissão é presidida pelo deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR) e tem como vice-presidente o senador Pedro Simon (PMDB-RS).



José Cruz

Comissão aprova diplomatas indicados para duas embaixadas

■ Nomes enviados pelo presidente Lula serão agora submetidos ao Plenário do Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, em reunião realizada ontem, os nomes indicados pela Presidência da República para representar o Brasil junto às Repúblicas de São Tomé e Príncipe (África) e Costa Rica (América Central). Para São Tomé e Príncipe foi acolhido o nome de Paulo Dyrceu Pinheiro, por recomendação do relator, senador Marco Maciel (PFL-PE), e para a Costa Rica foi aprovado Francisco Soares Alvim Neto, com parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Em seu relatório, Marco Maciel destacou a trajetória do di-



SABATINA Suplicy (entre Paulo Dyrceu e Alvim) presidiu a reunião

plomata de carreira do Ministério das Relações Exteriores Paulo Dyrceu, frisando o fato de o escolhido já haver exercido o cargo de embaixador em São Tomé e Príncipe cumulativamente com o de embaixador em Luanda (Angola) entre 1986 e 1988.

Maciel observou também que as relações bilaterais entre os dois países estão mais fortalecidas, já que o Brasil acaba

de abrir sua embaixada oficial em São Tomé e Príncipe, único estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que não contava ainda com uma missão diplomática brasileira residente.

– O gesto do governo brasileiro reflete a prioridade que a diplomacia brasileira confere às relações com a África e, em particular, com os países africanos de língua oficial portuguesa –

registrou o senador.

Para a embaixada na Costa Rica, a CRE acolheu a indicação de Francisco Soares Alvim Neto, que também é diplomata de carreira do Itamaraty e autor premiado em literatura portuguesa. Lúcia Vânia salientou, em seu relatório, a experiência diplomática de Alvim Neto, que já atuou também como secretário da Unesco em Paris. Ela ainda apontou a importância das relações do Brasil com aquele país pela forte tradição democrática da Costa Rica, sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A votação das duas indicações de embaixadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi realizada em reunião secreta, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Os nomes indicados ainda serão apreciados pelo Plenário do Senado durante o período de convocação extraordinária.

Iris alerta para situação de brasileiros no exterior

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) alertou ontem para a situação precária dos emigrantes brasileiros ilegais em países como Estados Unidos, Japão e Austrália. Segundo dados do Itamaraty divulgados por ela, cerca de 2 milhões de brasileiros vivem no exterior.

Iris relatou o drama vivido pelo jovem George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, da cidade goiana de Jaraguá, que entrou ilegalmente nos EUA e passou cinco dias



sem comer nem beber água, dormindo ao relento. Ele foi preso e só teve sua situação resolvida após a intervenção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

A senadora agradeceu o empenho do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE, que interveio pelo rapaz junto à embaixada norte-americana.

Em apartes, Suplicy elogiou a senadora, e Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o discurso.

Iris narra drama de jovem goiano nos Estados Unidos

Roosevelt Pinheiro



Jone de Araújo

Conde pede apoio de Sarney ao Rio

O presidente do Senado, José Sarney, conversou na manhã de ontem com o vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde (foto), que pediu o apoio político do senador em defesa da continuação das obras de despoluição da Baía de Guanabara. Eles também trataram, segundo Conde, de questões culturais e do cenário político nacional.

Conde ainda abordou com Sarney o tema do federalismo, que, de acordo com o vice-governador, deve ser reforçado no momento de um novo governo federal.

Roosevelt Pinheiro



Lúcia Vânia destaca sucesso do programa

Célio Azevedo



Juvêncio denuncia gastos a menos em educação

Jonas Pinheiro cobra autorização para que país use o "diesel verde"

Mistura de álcool ao óleo diesel ajudará meio ambiente e economia, diz senador

Em discurso no Plenário, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem ao governo federal a autorização, "o mais rápido possível", para que empresas brasileiras possam utilizar álcool misturado ao óleo diesel. A mistura é possível, explicou o parlamentar, graças à adição ao álcool de um derivado do óleo de soja, comercialmente denominado AEP-102 – também chamado "diesel verde" –, na proporção de 10,6%.

A adição do álcool ao diesel, informou o representante



Roosevelt Pinheiro

BENEFÍCIOS Segundo Jonas, adição reduzirá consumo do diesel em 3,2 bilhões de litros

mato-grossense, possibilitará uma redução anual de 3,2 bilhões de litros no consumo do derivado do petróleo, representando uma economia de divi-

das da ordem de US\$ 320 milhões por ano. Em um segundo momento, acrescentou Jonas Pinheiro, o AEP-102 poderá se transformar em uma fonte de divisas, pois já há empresários japoneses, chineses, americanos e alemães interessados em importar essa nova tecnologia.

– É válido ressaltar que os benefícios dessa mistura não se restringem simplesmente aos reflexos ambientais ou a eventuais reduções de importação de petróleo e gasto de divisas, mas a ser um incentivo para as regiões de produção agrícola, dinamizando-as, bem como a toda a economia brasileira, pelos reflexos decorrentes dessa operação – disse Jonas Pinheiro.

De acordo com o senador, o

derivado da soja foi "amplamente testado por entidades de renome" como as empresas Bosch e Tecpar, com o acompanhamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e universidades, entre outros. O senador destacou ser o Brasil pioneiro na utilização do álcool – seja como combustível puro ou como mistura para outros combustíveis – na propulsão de veículos automotores.

A utilização do álcool, acrescentou, é um dos responsáveis pela redução do nível de poluição atmosférica. O parlamentar ressaltou a adoção pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em 1986, do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores.

Sibá: safra exige ferrovias e hidrovias

O senador Sibá Machado (PT-AC) reivindicou o desenvolvimento do transporte ferroviário e hidroviário no país, para fazer face ao escoamento da safra



José Cruz

Sibá: não faz sentido insistir no modelo atual

recorde anunciada pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Segundo Sibá, é impossível que o Brasil continue insistindo na matriz rodoviária que, além de cara, destruiu as ferrovias do país.

Para o senador pelo Acre, o anúncio de uma safra de 120 milhões de toneladas de grãos para 2003 é alvissareiro, mas gera preocupação o fato de que uma carreta tem capacidade média de 30 toneladas por unidade, ou seja, serão necessários 4 milhões de carretas para escoar toda a produção.

Serys aponta ameaças à Amazônia

Ao ler, na tribuna do Plenário, mensagem do jornalista Silvio Malta Drummond, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) expressou preocupação com a integridade territorial da Amazônia e a



José Cruz

Serys divulga mensagem de jornalista

soberania nacional. O e-mail descreve várias situações que deixaram o remetente surpreso com o poder de estrangeiros, sobretudo norte-americanos.

Na rodovia que liga Boa Vista a Manaus, há um trecho de 200 quilômetros dentro da reserva indígena Waimiri Atroari, por onde os brasileiros só podem passar entre 6 da manhã e 6 da tarde. Nas outras 12 horas, o acesso é liberado para estrangeiros. Ele também disse que encontrou cidadãos dos Estados Unidos capturando borboletas, joaninhas e outros insetos.

Ana Júlia quer energia para todos sem demora

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu ontem que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) refaça a Resolução nº 223, deste ano, que determinou as condições gerais para os planos de universalização do acesso à energia elétrica. A resolução, que traz as responsabilidades das empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica nos programas de universalização, precisa ser "completamente alterada", opinou a parlamentar.

A resolução da Aneel "vai no sentido contrário" às metas de inclusão social traçadas pelo Ministério de Minas e Energia, diz a senadora. Para ela, a Aneel parece "ainda imbuída do espírito do governo anterior".

A senadora criticou o fato de os prazos para a universalização traçados pela Aneel se estenderem até 2015. Ela acredita ser possível atender a 90% da população sem acesso à energia elétrica até 2006. Também lamentou que a resolução atenda primeiramente às cidades já bem atendidas.

Citando o exemplo do Pará, a parlamentar disse que a resolução da Aneel privilegia a ca-



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇA Ana Júlia critica extensão até 2015 de prazo para que energia seja universalizada

pital do estado, Belém, onde a maioria das residências já têm acesso à eletricidade, em detrimento de municípios mais afastados.

Ana Júlia parabenizou o Ministério de Minas e Energia pela realização, ontem, de um fórum com os secretários estaduais de energia para discutir a melhor forma de universalização. Segundo ela, o próprio fórum irá obrigar a Aneel a rever a resolução.

Em aparte, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou projeto de sua autoria que destina os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) à eletrificação.

Papaléo crê no fim da patente de cupuaçu

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que 513 entidades amazônicas, representadas em ação na Justiça japonesa, têm esperança de que seja derrubada a patente da palavra "cupuaçu", feita pela empresa Asahi Foods, do Japão. A empresa vem ameaçando de processo brasileiros que têm tentado exportar concentrado de fruta amazônica, como óleo, sabão e cosméticos.

As patentes dos nomes "cupuaçu", "andiroba" e "copaíba", conforme Papaléo, vão obrigar os brasileiros a pagar royalties se quiserem exportar concentrados e óleos da fruta e das duas madeiras da região amazônica. Para ele, esses são os exemplos mais conhecidos "do roubo de nossas plantas e animais por pseudocientistas de países desenvolvidos".

O senador aplaudiu a tentativa do Itamaraty de mudar a legislação internacional sobre concessão de patentes para material genético e co-



Roosevelt Pinheiro

EXPECTATIVA 513 entidades amazônicas têm esperança na Justiça japonesa, diz Papaléo

nhecimento tradicional associado a um produto ou região. Caso a legislação no âmbito da Organização Mundial do Comércio e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual seja alterada, empresas estrangeiras só poderão usar o nome de recursos genéticos ou conhecimento tradicional com autorização, sob pagamento, de populações da região ou do país.

Presidente da Subcomissão de Saúde, Papaléo informou que ficou pronto o relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI) sobre a situação dos doentes renais. A conclusão será remetida ao governo, apontando, entre outros problemas, os baixos preços que o Ministério da Saúde paga por hemodiálise em clínicas privadas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, João Batista Motta e Mão Santa e pelas senadoras Iris de Araújo e Ana Júlia